

---

# Movimentos sociais e organizações não governamentais: interfaces

---

**Daniel de Aguiar Pereira**

Mestrando em educação pela Universidade Nove de Julho – Uninove, Graduado em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro – Unisa e professor da Faculdade Renascença de São Paulo/Uniesp. danielpaguiar@hotmail.com.

O presente artigo é resultado parcial da pesquisa intitulada “Um estudo histórico-social e pedagógico sobre a Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente Cardíacos e Transplantados do Coração – de 1994 a 2008”. A proposta aqui empreendida é discorrer sobre a interação entre os movimentos sociais as Organizações Não Governamentais, bem como explicitar suas origens, evolução e transformações ao longo das últimas décadas. Todavia, não é um empreendimento fácil determinar o momento preciso para o surgimento de tais organismos, pois, estes sistemas, ao mesmo tempo em que precedem um ao outro interinfluenciam-se por meio de acordos e de oposições. A metodologia delineou-se por meio de levantamento bibliográfico, sendo FRAGA (1995 e 2002), GONH (2000, 2003, 2004 e 2005) e TACHIZWA (2002), os principais referenciais teóricos utilizados.

**Palavras-chave:** Organizações Não Governamentais. Movimentos sociais. Sociedade civil.

This article is the result partly from a survey entitled “A social-historical study and teaching of the Association of Child Care and Adolescent Cardiac Transplant and Heart - 1994 to 2008. The proposal taken here is to discuss the interaction between social movements and non-governmental organizations, as well as explain their origins, evolution and transformation over the past decades. However, there is a new development to determine the precise moment for the emergence of such bodies, for these systems, while the above interinfluenciam each other by means of agreements and oppositions. The methodology was outlined by means of literature, and Fraga (1995 and 2002), GonH (2000, 2003, 2004 and 2005) and TACHIZWA (2002), the main theoretical frameworks used.

**Key words:** Non-governmental organizations. Social movements. Civil society.

## Introdução

As condições de miserabilidade em países de diferentes regiões do mundo se expressam em situações de grande desigualdade social, geradoras de diferentes formas de exclusão social, econômica e cultural.

Dentro deste quadro os movimentos sociais e populares representam segundo alguns autores (SADER, 1995; GOHN, 2005), ainda uma das poucas válvulas de pressão efetiva sobre o Estado, o qual cada vez mais promove reformas e reengenharias por meio de políticas neoliberais<sup>1</sup>, desobrigando-se de seus compromissos na área social. Cabe salientar que a perspectiva de se organizarem movimentos críticos à sociedade capitalista e ao Estado liberal é mais remota do que essa identificada a supremacia das políticas ditas neoliberais.

Em praticamente todo o mundo ocidental, após a Primeira Guerra Mundial<sup>2</sup> (1914-1918) e mais ainda após a Segunda Guerra<sup>3</sup> (1939-1945) e a Guerra Fria<sup>4</sup>, instituições da sociedade civil e movimentos sociais passaram a ter papel central nos processos de construção da democracia e na luta contra os totalitarismos, em busca da liberdade, fim da opressão e desmonte das estruturas de exploração capitalista vigentes.

Estas ações sociais coletivas, de caráter sócio-político-cultural, se “expressam de diferentes modos e energias de resistência ao velho que os oprimem, fontes revitalizadas para a construção do novo” (GOHN, 2003, p. 14), adotando, na ação concreta, “diferentes estratégias que variam da simples denuncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas” (GOHN, 2004, p. 13).

No Brasil tais movimentos coletivos quase sempre existiram, porém reconhecidos não por aglutinação de pessoas, nem como força tarefa, de ordem numérica, mas sim como um campo de luta da classe operária, da juventude, dos camponeses, das mulheres, dos negros, etc. e de experimentação social.

Nos anos de 1960 a contradição interna entre a orientação econômica e orientação política (política nacionalista, com reversão do processo de desnacionalização da economia e tentativa do mercado interno) juntamente a reação contra a manutenção do chamado populismo que procurava cooptar os trabalhadores e demais setores subalternos da população com a adoção de políticas de caráter assistencialistas e controladoras da sua ação social, levou ao enfrentamento de uma oposição sistemática que culminou no Golpe Militar.

Em virtude da intensa repressão instalada com o novo regime, começam a tomar corpo, em todo o território nacional, os movimentos sociais oriundos das classes populares que passaram a se organizar em sindicatos associações de bairro, comissões de saúde, no embate para a reconstrução de um país democrático mais justo, mais humano e mais igualitário.

Durante a década de 1970 tais movimentos sociais tornaram-se mais intensos por articularem-se aos grupos de oposição ao então regime em vigor, a ditadura militar.

Tais movimentos não surgiram “como resultado de acontecimentos abruptos ou dramáticos, mas devido ao aumento de experiências tidas como injustas e desiguais” (GOHN, 2004, p. 63), na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-se assim instrumentos fundamentais na construção da cidadania<sup>5</sup>.

No bojo destes movimentos e imbuídos nessa gama de experiências, “surgem ONGs

com trabalhos sem perfil criativo ou filantrópico” (GOHN, 1999, p. 75), disseminando-se por todo o país.

Cabe enfatizar que embora já existissem, desde 1940, organismos com características de ONGs, vinculados a atividades filantrópicas em geral relacionados a entidades religiosas com fins beneficentes e de caridade (BOVO, 2002), a primeira legislação a regular as práticas de prestação de serviços oferecidos por entidades sem fins lucrativos data de 1916 (COELHO, 2000, p. 91). Até então, os serviços prestados (saúde, educação, serviço social) eram monopólio da Igreja Católica. Conforme Ciconello “até meados do século XX, essa era a única rede de proteção social existente no país” (2004, p. 47).

Entre as décadas de 1980 e 1990 tais instituições se consolidaram no Brasil por meio de inúmeras lutas da sociedade civil em defesa dos direitos civis, da mulher, da educação, do transporte público, da saúde, da moradia, da alimentação, cotribuindo decisivamente com a configuração de novos sujeitos no cenário político social, assinalando, desta forma, um confronto com os projetos estatais que não correspondiam aos anseios e interesses das chamadas camadas populares.

## **Organizações Não Governamentais: terminologia e tipologia**

Uma vez que as ONGs devem ser compreendidas pelas suas ações e atividades engendradas na esfera pública e, também, pelo fato de se configurarem historicamente, como um campo de práticas sociais comuns a entidades que interagiram no sentido de apoiar atores sociais emergentes na luta por seus direitos, faz-se

necessário, primeiramente, uma compreensão acerca da terminologia e da tipologia – ONG – e do universo de projetos vistos como de interesse social no qual se insere.

De acordo com Tachizwa (2002) termo ONG abrange as Organizações da Sociedade Civil – OSC; Organizações Sociais – OS – e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip.

Cabe ressaltar que a expressão ‘Sociedade Civil’ começou a se destacar no final dos anos de 1970 no bojo dos movimentos ativistas sociais latino-americanos. Conforme Fernandes sociedade civil representa “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (1994, p. 21), sem intenção de lucro e em favor das necessidades da coletividade.

Classicamente, porém, a sua utilização nos remete a Hegel, que procura estabelecer sua diferença em relação ao Estado e, ao mesmo tempo, atribuir a cada uma das duas instâncias a sua esfera de ação. Substancialmente o que caracteriza e diferencia a sociedade civil e o Estado é, para esse autor, a natureza particular ou geral, do interesse que move os homens à ação ou do bem que buscam por meio dela. As ações que derivam de um interesse particular dão origem à sociedade civil. E se inscrevem nela. Por sua vez, o Estado hegeliano é produto de uma ação que obedece ao interesse geral de toda a coletividade. Dirige-se ao bem universal.

Já o termo ‘Organizações Sociais’ diz respeito à concessão da qualificação, pelo poder Executivo, a entidades privadas sem fins lucrativos de incentivo ao desenvolvimento de atividades voltadas às áreas de educação, pesquisa científica, meio ambiente, cultura, saúde e desenvolvimento tecnológico.

Quanto às 'Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público', conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999,

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999, s/p).

No ano de 2002, a promulgação da Lei 10.406, de 10 de janeiro, acarretam mudanças no estatuto das *Oscip's* ao fazer a distinção entre sociedades e associações e estabelecer novas terminologias e conceitos. Conforme Nogueira, "as sociedades passaram a se dividir em "simples (as antigas sociedades civis) e empresariais (as antigas sociedades comerciais)", todavia, na atualidade, "nenhuma destas terminologias se adéquam as ONGs" (2004, p. 1).

A partir desta nova lei as sociedades, associações e/ou fundações passam a ser reconhecidas como pessoas jurídicas de direi-

to privado e, as sociedades, sejam simples ou empresariais, passam, obrigatoriamente, a ter caráter lucrativo. Daí uma Organização Não Governamental não mais poder se intitular Sociedade Civil, devendo optar ou por fundação ou por associação.

Para um entendimento menos superficial do termo ONG, não se pode furtar de reconhecer que foi a partir dos anos 1990, tendo como marco a realização da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), popularmente chamada de ECO-92<sup>6</sup>, é que a terminologia Organização Não Governamental – ONG, ganhou como significado o agrupamento e a aglutinação das instituições que objetivavam as lutas pelos direitos raciais, étnicos, sociais, etc . O que foi de fato possível em decorrência da grande cobertura da imprensa nacional e mundial no que concerne a participação de estadistas, governantes, ativistas políticos, culturais e intelectuais do mundo todo, os quais buscavam meios para conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Já, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – Ecosoc –, cuja origem se deu após a realização da conferência supracitada, define as ONGs de modo mais amplo. Para o Ecosoc, qualquer organização que não foi criada por via de acordos inter-governamentais pode ser considerada uma organização não governamental, inclusive àquelas que integram membros designados por autoridades governamentais. Acrescenta ainda que uma ONG não deva almejar lucro com a associação.

Por sua vez, Coutinho (2005) defende que serão consideradas ONGs apenas aquelas que assim se autodenominarem, excluindo entidades de classe, como os sindicatos, empresas ou

partidos políticos, embora não sejam governamentais. Mas essa (in) definição permite, teoricamente, que qualquer organização que esteja fora do aparelho de Estado seja considerada não-governamental e, portanto, ONG. O que fica muito difícil precisar é quem, verdadeiramente, são essas organizações, pois este universo é bastante heterogêneo.

Tachizwa aponta essa heterogeneidade, em pesquisa sobre as principais categorias de trabalho destas instituições, desde meados dos anos de 1980, as ONGs desenvolvem atividades nas seguintes áreas: assessoria – 41,2%; educação popular – 14,7%; educação para a cidadania – 14,1%; pesquisa/análise – 7,4%; informação – 4,9%; campanhas/denúncias – 4,2%; capacitação – 3,3%; educação política – 2,5% e outras – 7,5%, totalizando 100% (2002, p. 27).

No que se refere a tipologia de ONGs, está será abordada considerando as definições propostas Gohn

- a) ONGs caritativas: aquelas voltadas para assistência a áreas específicas, como menor, mulher e idosos. Têm grande penetração na área de educação infantil e são as que mais se expandiram e funcionam como prestadoras de serviços.
- b) ONGs desenvolvimentistas: aquelas que surgiram e cresceram a partir de propostas de intervenção no meio ambiente. Tiveram um grande impulso a partir da ECO 92.
- c) ONGs cidadãs: aquelas voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, que atuam no espaço urbano, tanto no campo popular, no qual constroem redes de solidariedade, promovendo e participando de programas e serviços sociais, campo não-popular, quando atuam junto a minorias

discriminadas, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas, fazendo campanhas educativas e denunciando a violação dos direitos sociais.

- d) ONGs ambientalistas: são as ecológicas, que possuem mais visibilidade junto a opinião pública. Seus atos estão contribuindo para a mudança do perfil das cidades brasileiras (2000, p. 63).

Há que se dizer que classificar as ONGs considerando apenas a natureza das atividades esvazia o sentido desse universo de organizações, pois o que se tem é somente a homogeneização de práticas de natureza diversa por meio do termo “ONG”, criando-se uma unidade mascarada.

Do mesmo modo, algumas observações tópicas merecem destaque para que se evidencie um pouco mais tal esvaziamento provocado pelas definições tipológicas desta autora.

Na categoria “ONGs cidadãs” inserem-se entidades de diversas naturezas, tanto aquelas que prestam serviços quanto aquelas que demandam direitos, ou seja, mesmo apresentando objetivos e propostas distintas de interferência social recebem uma mesma classificação. Outro ponto é a falta de clareza na diferenciação entre as ONGs ambientalistas e as desenvolvimentistas, já que propõe práticas e objetivos bem semelhantes.

Como aponta Coelho (2002), apesar de todo esforço no enquadramento das diferentes entidades em uma tipologia, a autora negou a existência de fundações e instituições direcionadas à prestação de serviços aos indivíduos que compõem o quadro funcional destas entidades. Mesmo havendo legalidade na prática de prestar serviços e amparo a este público específico, algumas ONGs não o fazem, talvez, por este motivo, a generalização da autora.



## **Organizações Não Governamentais: leitura do quadro brasileiro**

A partir da década de 1980 a presença e a disseminação das Organizações Não Governamentais no Brasil são acompanhadas, simultaneamente, de um debate extremamente polêmico quanto a sua inserção no cenário político e social brasileiro. Não são poucos os autores (BOVO, 2002; COELHO, 2002; COUTINHO, 2005) que elaboram um juízo crítico sobre a forma de como estas instituições se desenvolveram e se fortaleceram a partir daqueles anos, principalmente procurando demonstrar que sua presença estaria associada a uma crescente desobrigação do estado quanto as suas responsabilidades ao atendimento das necessidades sociais básicas.

Os eventos políticos e sociais registrados na Europa e na América do Norte impulsionados por uma ideologia que convencionou chamar neoliberalismo, operou um monumental desmonte do Estado de bem-estar social (*Welfare State*<sup>7</sup>), fazendo com que muitas vezes estados de descaso e abandono com serviços públicos nos Estados Unidos, México, Canadá ou mesmo em alguns dos países Europeus, se assemelhasse àqueles registrados na periferia do capitalismo, a exemplo o Brasil.

Por outro lado, esses episódios também trouxeram abordagens, como por exemplo, a realizada por Jimenez (1996) que procurou entender o desencanto produzido pela crise do socialismo real e a desestruturação dos paradigmas, com base numa reelaboração que mostrava como se transformou o capitalismo de final de século e, nesse sentido, se transformaram também o protesto e a impugnação.

Neste contexto de reorganização e mudança tecnológica as Organizações Não Governamentais realizaram, durante anos, um trabalho de difícil aceitação. No Brasil, por exemplo, durante o advento do regime ditatorial em 1964, as instâncias governamentais ofereciam resistência à permanência e existência de organizações, supostamente, sem fins lucrativos, no cenário marcadamente opressivo da época. Tal resistência se dava em decorrência das propostas de assessoria das ONGs, aos trabalhadores rurais e urbanos, que buscavam incitar a reflexão dos diferentes grupos sobre a própria condição social, o que poderia acarretar questionamentos à ordem vigente.

De acordo com Fraga (2002), as ações das ONGs se desencadeavam sob um panorama de semi-clandestinidade, em busca da interrupção dos trabalhos processados no âmbito da educação popular, desenvolvida desde os anos de 1950 pelos chamados Centros de Educação. Tais centros, engajados na luta pela superação da ordem vigente e sob a crença de que contribuiriam de forma efetiva à organização de movimentos sociais tanto no campo quanto nos meios urbanos e conseqüentemente para o desmonte do regime em vigor, propagavam valores como autonomia e cidadania.

Destarte, pela suposta atuação sem fins lucrativos, tais associações, para o prosseguimento e execução de suas propostas e exequibilidade material, contavam com o apoio financeiro dos cofres públicos do país. Porém, em decorrência do caráter libertário e assistencialista das ONGs e tendo em vista o modelo político e econômico nacional desenvolvimentista, com base na industrialização e do regime de natureza marcadamente opressora, o acesso a estes fundos nacionais era tolhido às entidades não governamentais.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ONGs, no sentido da luta pela democratização da sociedade brasileira, passaram a desenvolver o papel de mediadoras dos movimentos sociais e de apoio às causas populares, desempenhando papel político de acordo com as necessidades dos movimentos e com as conjunturas políticas específicas.

Os anos de 1980, momento histórico marcado pelo desmonte do regime de generais-presidentes, retorno dos exilados políticos e mudanças sociais mais profundas de uma sociedade envolta em graves crises decorrentes do militarismo, apresentou, no campo das ONGs, uma série de conseqüências: o aumento significativo do número das instituições que se denominavam no campo da luta por melhores condições de vida e por acesso à cidadania; transformações nas relações com o Estado e com os movimentos sociais e; alterações nas temáticas e prioridades sociais de seus trabalhos (FRAGA, 2002).

Neste período pós-ditatorial percebe-se nitidamente a **multiplicação intensa de organizações sociais**<sup>8</sup>, supostamente, sem fins lucrativos, voltadas ao trabalho para diferentes públicos como, por exemplo, crianças e adolescentes, minorias étnicas, raciais e sexuais e áreas de atuação como: meio ambiente, saúde, educação.

Ao mesmo tempo em que se intensificava a criação de organizações sociais, ganhavam contorno e expressividade, no seio das ONGs, os movimentos sindicais e os movimentos das associações de bairro. As ONGs, em decorrência da livre organização dos sindicatos e da forte representatividade dos grupos articulados no interior das comunidades periféricas, paulatinamente, abandonaram seus públicos e suas demandas, sobretudo o trabalho realizado junto aos sindicatos, em favor de espaços mais pro-

pícios às reivindicações sociais, o que originou novos espaços de atuação.

Neste íterim, a relação das ONGs com o Estado também foi marcada por transformações, não deixando, porém ou talvez até acentuando a existência de uma dicotomia entre espaço público e privado, uma vez que na transição do Brasil ditatorial para a Nova República<sup>9</sup>, governo e ONG coexistiam sob tensão, sendo, a parceria entre estes, quase que inexistente. Tal conflito entre estas instâncias decorria, muito provavelmente, da violação constante dos direitos sociais e humanos pelos governos autoritários, prática antagônica ao ideário das ONGs, à época, as quais se pautavam na auto-organização popular e na autogestão social, referências de modelos de sociedade.

Nos anos de 1990, as ONGs passaram por novas transformações, houve:

um alargamento de sua especificação; novas relações com o Estado; crise nas fontes tradicionais de financiamento oriundos da cooperação internacional; novos parâmetros de relação com os movimentos sociais. De outra forma, cada vez mais, vão se apresentar como espaço de trabalho para muitas pessoas, algumas migrando dos movimentos sociais. No caso de algumas temáticas, este movimento foi relevante para o seu fortalecimento estimulador, como contrapartida de uma certa desmobilização dos movimentos sociais (FRAGA, 2002, p. 30).

Nas palavras de Gohn, essa “mudança na forma de financiamento alterou a atuação das ONGs” (1999, p. 77), pois os recursos disponibilizados não eram suficientes à demanda,

o que, juntamente a dificuldade de acesso aos fundos públicos, gerou a necessidade de produção dos próprios recursos. Com isto, salienta Gonh que “as atividades de militância política via pressões sociais, passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs” (1999, p. 77).

Em suma, apesar de todos os esforços, pode-se dizer que os anos de 1990 representaram para as Organizações Não Governamentais um resfriamento do seu campo de atuação, pois as agências internacionais, em decorrência do aparecimento de novos interesses da sociedade européia, deixaram de considerar o Brasil como região prioritária para investimentos.

No que se refere à relação das ONGs brasileiras com as agências européias de financiamento, embora o montante dos investimentos tenha sofrido alteração quantitativa, as cifras injetadas são, ainda hoje, de suma importância à realização dos serviços conferidos no interior das ONGs nacionais, o que suscita como argumenta Ramos

[...] uma preocupação permanente a respeito da influência das agendas internacionais na construção dos problemas brasileiros. Isso porque, concretamente, as pautas e os financiamentos estrangeiros introduziram, no universo de conceitos e práticas das ONGs brasileiras, formatos de atuação (por exemplo, sob a forma de “projetos”) e prioridades que necessariamente não corresponderam às necessidades e à autonomia local (2004, 1069).

Nos anos de 1990, em consequência da promulgação da Constituição Federal de 1988 que cria os Conselhos de Políticas Públicas

como mecanismos que dão abertura à participação de agências não governamentais em conselhos, execução e fiscalização da *res publica*, a coisa do povo, o campo das ONGs brasileiras é acometido também pelo efeito de mudanças ocorridas em âmbito nacional.

Os Conselhos de Política Pública, não se caracterizam como uma instituição governamental, em sua grande maioria, qualificam-se como espaços mistos, formados tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado. Sindicatos, Organizações não Governamentais, líderes de movimentos sociais, dentre outros, são organizações representantes da sociedade civil. Secretários, chefes de autarquia por parte do governo e funcionários públicos, representam o governo.

Com a abertura proporcionada pela promulgação da Constituição Federal os governos civis eleitos após a derrocada do regime militar, especialmente a administração de Fernando Henrique Cardoso, criaram programas voltados à participação ativa das Organizações Não Governamentais.

No governo FHC (1995-2002), objetivando a adequação às exigências do trabalho voluntário moderno, foi criado, em 12 de janeiro de 1995, o Conselho da Comunidade Solidária, tendo como presidente Ruth Cardoso, primeira dama da época, cientista, militante do movimento feminista e servidora pública.

O Conselho da Comunidade Solidária, conforme decreto nº 2.999, artigo 1º deveria se estabelecer como um instrumento “de diálogo político e de promoção de parcerias entre Estado e sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social” (BRASIL,1999, s/p). Salientou, porém, Ruth Cardoso, em entrevista concedida a Ferrarezi,



que “parceria não é entrar em programas de governo. Parceria é ter diagnóstico de setores que não estão cobertos e não podem ser suficientemente ofertados por parte do governo” (2008, p. 240). Todavia, de acordo com Ferrarezzi (2008), embora houvesse esmero a área social não foi assumida pelo Conselho como esperado pelos seus primeiros integrantes, ao contrário acentuou o esvaziamento da atuação do Estado para o desenvolvimento social.

Neste momento, outros governos tanto estaduais quanto municipais, seguiram os passos de Fernando Henrique Cardoso, proporcionando também, espaços coletivos de participação, porém, em sua maioria, os programas desenvolvidos delegaram ao privado o que antes era responsabilidade do Estado; consolidando o esvaziamento do compromisso estatal junto à área social e trazendo como consequência a terceirização de mão de obra qualificada para trabalhos específicos, mormente, sem garantias legais.

Em vista deste novo panorama, grande parte das Organizações Não Governamentais, contrárias às suas raízes ideológicas, adotou também a estratégia da subcontratação, sem garantia aos direitos legais previstos ao trabalhador.

Neste entremeio as relações entre os movimentos sociais e as ONGs passaram também por transformações, sendo as segundas, alvo de inúmeras críticas dos primeiros, por não representarem nenhum grupo de interesse específico da sociedade civil e por invadirem o campo de atuação dos movimentos sociais. Todavia, no que diz respeito à atuação das ONGs, havia certo reconhecimento de alguns trabalhos desenvolvidos como, por exemplo, os direcionados à criança, ao adolescente e à mulher e defesa do meio ambiente. Tal reconhecimento se dava por ganharem mais significância e maior visibilidade do que os movimentos sociais. Dessa forma,

quanto às formas de atuação e de representatividade, existia uma tensão entre as entidades não governamentais e os movimentos sociais.

Em suma, as mudanças ocorridas no campo das ONGs brasileiras tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, ocasionadas pela escassez de recursos oriundos das agências de financiamento internacional e pelo difícil acesso aos recursos dos cofres públicos nacionais, além de terem gerado inúmeras tensões, provocaram, nestas instituições, a necessidade de auto-sobrevivência. Embora tenha tangências específicas, estes conflitos não se estabeleceram apenas em nosso país.

## À guisa de conclusão

Diante de todo o exposto, pode-se dizer que as Organizações Não Governamentais – ONGs –, objetivando, a expansão do poder participativo do público atendido com o propósito último de promover “transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)” (SHERER-WARREN *apud* GOHN, 1997, p. 55), estão presentes nos diferentes países do mundo. Sendo a prestação de serviços o papel mais claro destas organizações no que se refere ao trabalho de desenvolvimento das ações de “caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil [...]” (SHERER-WARREN *apud* GOHN, 1997, p. 55).

Algumas vezes os serviços são prestados por uma decisão da organização, em busca de atender os interesses coletivos. Nas palavras de Gohn, o objetivo é o de resgatar, por meio de tais serviços “a dignidade do ser humano, per-

didada sob condições indignas de sobrevivência no meio urbano do capitalismo selvagem brasileiro” (1992, p. 49). Percebe-se, nas palavras de Gohn, que esta congrega as ONGs valores atrelados à cidadania, valores estes apenas de significância positiva, o que não reflete a realidade do todo, desconsiderando, inclusive, a heterogeneidade das instituições que integram este setor.

No que se refere à estabilidade, para se manterem e desenvolverem o trabalho a que se propõe, enquanto prestadoras de serviços de utilidade pública, as ONGs não dependem apenas de bons mantenedores ou ainda de bons projetos de atuação, mas, principalmente, de estarem inseridas em uma rede de diversos serviços e de indivíduos que aumentam sua capacidade para agir coletivamente. A eficácia destas propostas, de acordo Gohn

Deriva de um misto de recursos internos e externos; [...] dependem não apenas de uma organização [...] mas das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização, que os ligam entre si. Dependem também, nas sociedades modernas, da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos e para inovar os repertórios que utilizam para atingir um público mais amplo (2004, p. 99).

A intencionalidade posta de não terem fins lucrativos, sem serem filantrópicas; serem políticas, sem serem partidárias; serem não-governamentais, mas, dependerem de uma rede de relações de cooperação, está estreitamente relacionado à constituição original das ONGs o que dá a tais instituições, em cada momento históri-

co-político e social, a possibilidade redefinição de suas identidades e campos de atuação.

Analisar e compreender as Organizações Não Governamentais requer, ao mesmo tempo, considerar duas vertentes de pensamento. Àquela que rotula essas instituições como exploradoras da força de trabalho e parte de argutas estratégias *neo* liberalizantes, desobrigando o Estado de seu compromisso frente aos problemas sociais e aquela que tem como suposto que o Estado não mais consegue atuar nas micro esferas sociais, daí a necessidade destes segmentos no seio da sociedade.

O quadro exposto deixou clara a transformação das organizações no decorrer dos anos: de negadoras do autoritarismo estatal e de mediadoras das necessidades de interesse coletivo passaram a reclamar para si a identidade dos novos atores sociais. E, da importante atuação dos movimentos sociais enquanto válvula de pressão contra os projetos políticos e econômicos que preconizam a desobrigação do Estado em atender as reivindicações sociais.

## Notas

- 1 Conceituação: denominação de uma corrente doutrinária do liberalismo que se opõe ao social-liberalismo e/ou novo liberalismo (modelo econômico keynesiano) e retoma algumas das posições do liberalismo clássico e do liberalismo conservador, preconizando a minimização do estado, a economia com plena liberação das forças de mercado e a liberdade de iniciativa econômica. Tem como princípios a ênfase na liberdade, na propriedade, na individualidade (direitos naturais), na economia de mercado auto-regulável e na sociedade aberta; defende a livre concorrência; fortalecimento da iniciativa privada com ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos (LIBÂNEO, 2005, p. 97).
- 2 A primeira Guerra Mundial, orientada pela lógica do lucro capitalista, assinalou a concorrência por territórios imperialistas, gerando o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal

- e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral. Envolveu todas as grandes potências, e na verdade, todos os estados europeus, com exceção da Espanha, os países baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça, as quais disputavam cada palmo das matérias-primas e dos mercados consumidores mundiais (HOBSBAWM, 1995, 16-31).
- 3 A Segunda Guerra Mundial representou a maior catástrofe provocada pelo homem ao longo de toda a história da humanidade. Envolvendo setenta e duas nações a segunda Guerra Mundial foi uma aliança temporária e bizarra entre o capitalismo liberal e o comunismo, objetivando a vitória sobre a Alemanha de Hitler. O número de mortos superou a casa dos cinqüenta milhões havendo ainda uns vinte e oito milhões de mutilados (HOBSBAWM, 1995, 17-58).
  - 4 Divisão geopolítica, econômica e militar entre dois grandes blocos: bloco capitalista, sob a direção dos Estados Unidos; bloco comunista, sob a direção da União Soviética e da China. Uma das principais razões para essa divisão foi de caráter militar, isto é, invenção da bomba atômica que punha fim as guerras convencionais. Inicialmente cada bloco julgava que a posse de armamentos nucleares lhe daria mais poder para eliminar o outro. Paulatinamente a chamada corrida armamentista deixou de visar diretamente a guerra voltando-se para a intimidação recíproca dos adversários, limitando suas ações imperialista (CHAUÍ, 2000, p. 555).
  - 5 Cidadania esta entendida como a denúncia de um presente que se torna cada vez mais intolerável e anuncia um futuro a ser criado, construído política, estética e eticamente, de modo que a condição de cidadão faça o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 45).
  - 6 Realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
  - 7 Quando o estado passa a intervir na economia, investindo nas indústrias estatais, subsidiando empresas privadas na indústria, na agricultura e no comércio, exercendo o controle sobre preços, salários e taxas de juros. Assume para si um conjunto de encargos sociais ou serviços públicos sociais: saúde, educação, moradia, transporte, previdência social, seguro-desemprego. Atende demandas de cidadania, política como o sufrágio universal, sendo implantado nos países capitalistas avançados do hemisfério norte como defesa do capitalismo contra o perigo do retorno do nazifacismo e da revolução comunista (CHAUÍ, 2000, p.555).
  - 8 Qualificação concedida pelo poder executivo com o objetivo de fomentar e incentivar entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de ensino, pesquisa cien-

tífica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde voltadas aos mais diferentes públicos (TACHIZAWA, 2002, p. 285).

- 9 Período de transição de um governo militar de 1964/1984 para um governo democrático por meio da primeira eleição direta para presidente da República (1989), após 20 anos de ditadura militar, conhecida como anos de chumbo.

## Referências

- BOVO, Cassiano Ricardo Martines. *Anistia internacional: roteiros da cidadania-em-construção*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.
- CAMURÇA, M. *Estado e ONG's: uma parceria possível?* Rio de Janeiro: Fundação Fé e Alegria, 1994.
- CICONELLO, Alexandre. O conceito legal de público no terceiro setor. In: SZAZI, Eduardo (org). *Terceiro setor: temas polêmicos*. vol. 1. São Paulo: Petrópolis, 2004.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- FERNANDES, Rubem C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- FERRAREZI, Elizabete. *Legados da professora Ruth Cardoso ao governo Federal*. Revista serviço Público. Brasília, 2008. p. 237-43.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes. *As ONGs no espaço público: uma trajetória de mudança*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR. Rio de Janeiro: / UFRJ, 1995.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes. *As Ongs e o espaço público no Brasil*. Revista *Presença*, nº 2. Piauí: Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Cultural, 2002. p. 26-36.
- GOHN, Maria da Glória.. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Orçamento participativo e a democratização das administrações municipais. In: *Balanço das experiências de orçamento participativo nos governos locais*. Brasília: Instituto Pólis / Governo do Distrito Federal e Fórum Nacional de Participação Popular, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2005.

HADDAD, Sérgio (org.). *ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/ Fundação Petrópolis, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JIMENEZ, Marco Raul Meija. *Transformação social: educação popular e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Silvia. *O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. Ciência e saúde coletiva*. oct./dec. vol. 9. nº. 4. Rio de Janeiro: Scielo, 2004. p. 1067-78.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

STRECK, R. Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaome José (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

TACHIZWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação das ONGs e estratégia de atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.

## Referências de documentos legais

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* 1988. 3. ed. rev. e ampl. Manole: Barueri, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 2.999, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre o Conselho da Comunidade Solidária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/D2999.htm>. Acessado em: 25/09/2009.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm). Acessado em: 27/09/2009.

## Referências de documentos eletrônicos

COUTINHO, Joana A. *As ONGs e as políticas neoliberais*. Revista Eletrônica de Jornalismo. 10 nov. Brasil 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=203>. Acessado em: 20/07/2009.

NOGUEIRA, Geraldo. *Alterações estatutárias impostas pelo novo código civil*. 2007. Disponível em: <http://www.crfaster.com.br/cc28.pdf>. Acessado em: 20/09/2009.

## Outras fontes

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARDÍACA E A TRANSPLANTADA DO CORAÇÃO. Relatório de atividades 2007.